

INCLUSÃO ESCOLAR

WOLOSZYN, Silvana Eva Martello¹
RU 2605542
PALOMA, Michely Isber Ruiz²

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa foi elaborado tendo como principal recurso a pesquisa bibliográfica e tem como objetivo mostrar a importância da inclusão de crianças com deficiência intelectual no espaço escolar desde a Educação Infantil, até porque, é o início da vida escolar da criança e o período de adaptação de todos os que a cercam, família, colegas e a própria escola, até os anos finais, onde normalmente ocorre o abandono por não existir políticas e recursos que mantenham esses alunos na escola. Além de demonstrar as potencialidades das crianças com necessidades especiais enquanto alunos, a pesquisa tem o intuito de demonstrar com pesquisas já realizadas, o posicionamento da família quanto ao trabalho da escola e da participação dos profissionais da educação frente a esse processo de escolarização, já que é garantido ao aluno com deficiência, o acesso ao ensino regular, se exceção, e que esse seja realizado de forma a desenvolver as habilidades dos alunos. Assim, através desse estudo bibliográfico percebeu-se que é preciso que existam diálogos comuns entre as partes (família, escola e professor) para que o aluno seja beneficiado e consiga desenvolver as habilidades necessárias nessa faixa etária e ainda que exista a aquisição do conhecimento por parte dele, considerando-se incluso na turma.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Aprendizagem. Escola. Conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, a criança passa por um grande processo de desenvolvimento, mediado por diferentes situações com as quais convive e que lhe possibilitam apropriar-se de experiências produzindo novos significados e se adaptando aos antigos e, ainda, possibilita à criança se apropriar dos aspectos culturais que passam de geração para geração e criar novos, que farão parte da sua

¹ Aluno do centro universitário internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de curso. Segundo semestre de 2021.

² Professor Orientador no Centro Universitário internacional UNINTER.

vida. Muitas dessas experimentações passam necessariamente por frequentar uma escola. Mas e a criança que não tem o processo de desenvolvimento como os outros? Crianças que possuem algum tipo de deficiência, como é o caso das que possuem algum tipo de deficiência intelectual, por exemplo?

É importante comentar que o número de crianças com algum tipo de deficiência na rede regular de ensino municipal cresce a cada ano. Esse crescimento não é casual, é fruto da mobilização da sociedade e do trabalho realizado pelos educandários locais para que exista a inclusão. Assim, o impacto da política de inclusão na educação pode ser medido pelo crescimento do número de matrículas na rede municipal e a nível nacional também. A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças, sem exceção e às crianças com necessidade especial, atendimento especializado.

A Declaração de Salamanca (1994) é considerado um documento inovador, pois, estabeleceu a educação especial como 'educação para todos', esta declaração promoveu uma nova plataforma que firmou a existência do princípio e da discussão, além da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas, bem como a conquista de seus direitos numa sociedade de diferentes vivências e aprendizagens.

Ainda, a inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrições baseadas na deficiência das pessoas. E ainda Vale comentar ainda que o acesso das pessoas com deficiência à escola é garantido até pela Legislação penal, pois o artigo 8º, da Lei 7.853/89 prevê como crime atitudes que frustrem a matrícula de alunos com deficiência, sendo assim, exclusão é crime.

Desta forma, este artigo de revisão sintetiza os conhecimentos de textos e livros sobre o tema de inclusão de alunos com deficiência intelectual e utiliza-se de análises bibliográficas para resumir e refletir sobre estratégias de ensino para inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas escolas públicas regulares, ainda, pretende entender de que forma essa realidade é interpretada nas instituições educacionais.

Portanto, faz-se necessário um estudo mais específico do caso para esclarecer, principalmente o trabalho com deficientes intelectuais, e a participação da escola, da família e especialistas que fazem parte do processo de

desenvolvimento desses alunos, e de que forma se dá o suporte pedagógico adequado que favoreça significativamente a aprendizagem dessas crianças. Assim, foi desenvolvida uma análise prévia do que como evolui a questão da inclusão no Brasil, como se caracteriza a deficiência intelectual, e o papel dos atores que atuam nesse cenário, no caso a escola e os professores, juntamente com a família e com as crianças.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS

2.1 Histórico da Educação Inclusiva

A inclusão de crianças com necessidades especiais tem sido pensada de forma diferenciada e mais atenciosa atualmente no Brasil. Durante muito tempo se pensou que a educação especial paralela a educação comum seria a forma mais apropriada para o atendimento de alunos que apresentassem deficiência ou que não se adequassem aos sistemas comuns de ensino (BRASIL, 2010).

De acordo as novas expectativas referentes à educação especial, as crianças com qualquer necessidade especial: física, mental, intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades devem ser matriculadas, concomitantemente, no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no art. 208, III, da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988, p.34).

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (UNESCO, 1994, p. 5 - 6).

Assim, a educação de qualidade e o acesso a ela, deve ser um direito de todos, não somente é somente aceitar as diferenças, mas também valorizá-las, levando em conta os valores culturais e o processo do aprender e do construir,

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

A Educação Especial e Inclusiva é de fundamental importância no espaço educacional, pois a mesma tem um propósito em comum de cultivar o bem-estar entre os alunos e toda comunidade escolar, bem como prepará-los para viver na sociedade. (UNESCO, 1994, p. 8-9).

Até porque a educação está presente em todos os lugares da sociedade: família, escolas, comércio, clubes, em todos os cantos. E como bem coloca o mestre Paulo Freire (1999, p.25), “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Assim é preciso entender a educação como um ato dialético, onde a criança interaja com seus grupos e demonstre suas potencialidades, seus projetos e suas ações. O que na verdade não acontecia, pois,

Historicamente, a diversidade de habilidades e características físicas e intelectuais foi categorizada pelo saber médico e científico na forma de padronizações excludentes. Nesse sentido, conformou-se ao longo do século 18 o chamado “corpo normal”, isto é, uma medida arbitrária de humanidade calcada em um conjunto de características tidas como necessárias para se constituir enquanto um sujeito de direitos. Uma pessoa que não atendesse a essas expectativas era definida como menos capaz e, por conseguinte, excluída dos espaços de convivência social, educação e trabalho. A esse fenômeno histórico e social dá-se o nome de capacitismo, o qual resulta da exclusão sistemática e estrutural de pessoas com deficiência. (INSTITUTO UNIBANCO, 2020)

Desta forma, fica claro que, para que a inclusão de crianças com deficiências na educação regular aconteça, o caminho se tornou longo e exigiu informação especializada para professores, pais e escola, além de adaptações no espaço físico, no conteúdo e nas estratégias de aplicação das atividades,

A LBI é uma grande conquista na medida em que vai na contramão desse passado histórico, definindo a deficiência como atributo que não pode ser descolado do contexto, uma vez que se dá na interação de uma pessoa que possui uma ou mais características que divergem do padrão com barreiras. Em outras palavras, a deficiência – seja ela de que ordem for – só existe na relação com um mundo repleto de impedimentos para a plena inclusão da pessoa que a possui. As barreiras podem ser arquitetônicas (portas estreitas, banheiros não adaptados, por exemplo); urbanísticas (calçada desnivelada, falta de piso tátil e sinal sonoro em semáforos, entre outros); nos transportes (ausência de rampas e corrimão); na comunicação (ausência de libras, legendas, texto alternativo etc.); tecnológicas (que impedem o acesso à tecnologia); e/ou atitudinais. (INSTITUTO UNIBANCO, 2020)

O direito de ter acesso à educação, por todas as crianças, jovens e adultos, de acordo com comentários de especialistas deve contemplar três fatores: a garantia do convívio, o acesso ao conhecimento e a expectativa da criança que chega à idade escolar.

O primeiro é a garantia de interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar, na medida em que essa interação é um ingrediente fundamental para que o aluno seja desafiado e possa desenvolver o máximo de seu potencial. O segundo fator é a garantia de acesso ao mesmo currículo. Esse tema é muito oportuno, tendo em vista a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que envolve traduzir em práticas pedagógicas os currículos que foram criados pelos estados e municípios. O fato de um estudante ter uma deficiência não pode servir de desculpa para que ele seja privado do conteúdo na sua íntegra, mesmo que isso envolva flexibilizações ou diversificações de estratégias pedagógicas. O terceiro fator é a existência de altas expectativas para todos os alunos, independentemente de suas particularidades. (INSTITUTO UNIBANCO, 2020)

Desta forma, é necessário estar clara a diferença entre educação inclusiva e educação especial.

2.2 Educação Inclusiva – O Que É?

A educação inclusiva tem por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, garantir o direito ao acesso escolar, mas também o direito à igualdade e a diferença, de modo que todos possam participar e não apenas desenvolver potencialidades (educação especial).

A educação inclusiva é para todos os estudantes. É para ter igualdade de oportunidades, valorização da diversidade, e promover a aprendizagem de todos, com deficiência e sem deficiência. A escola, a gente não pode esquecer, é muito mais do que um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é um espaço de socialização e integração dos estudantes. É um espaço de valorização da diversidade que favorece o desenvolvimento cognitivo, evidentemente, mas também socioemocional. (INSTITUTO UNIBANCO, 2020).

Pois, como no caso das deficiências intelectuais,

[...]é definido como um problema que atua no desenvolvimento do indivíduo, apresentando-se como uma interferência intensa nos variados aspectos de desenvolvimento, principalmente na comunicação, na interação social e na capacidade cognitiva do indivíduo, sendo necessário, desde a sua

descoberta estudos voltados para desvendar as características desses distúrbios. (RODRIGUES E SANTOS, 2016, p. 03).

Nogueira (2018) coloca que,

Vale lembrar que esse espectro tem como característica o declínio no desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e relacionais e transita por uma linha de propagação que passa pela deficiência intelectual, mas também pode chegar à genialidade. Neste sentido o caso pode ser ou não uma deficiência e, mesmo o sendo, carrega em certo aspecto uma super eficiência.

As escolas contam atualmente com a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), essa sala contempla equipamentos específicos para alunos com deficiências e pode ser utilizada (e é utilizada) por todos os alunos da escola. Entretanto, é dever da rede regular de ensino atender às demandas e providenciar os recursos necessários às crianças com necessidades educacionais especiais:

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio. (UNESCO, 1994, p.42)

“O AEE tem por objetivo identificar demandas específicas e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras existentes, garantido a inclusão e autonomia dos estudantes” Instituto Unibanco (2020).

2.3 O papel do Professor e da Escola na Inclusão Escolar de Alunos com Deficiências Intelectuais

Os professores desempenham um papel significativo na inclusão, são eles que estão no dia-a-dia se preparando e se dedicando para o trabalho com os alunos através do seu planejamento e realizando as adaptações necessárias e pertinentes para que as crianças possam participar de todas as atividades.

Outra questão relevante é do estudo do próprio professor, pois, esse precisa dispor de conhecimento estritamente relacionado ao assunto que irá apresentar para a criança. Outro fator é o de que, além do professor titular, existe o segundo professor e a escola está organizada para que todos trabalhem de forma coletiva, auxiliando e organizando o espaço dos alunos.

Na sala de aula, o aluno fica com a sua professora que permeia as discussões na classe e auxilia nas atividades. Assim, as necessidades dessa criança são atendidas, dessa e das outras também, até porque sempre existirá

diversidade em sala de aula e as expectativas com o trabalho devem contemplar o coletivo, não generalizando, mas proporcionando uma organização e um projeto pedagógico coerente.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla da escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (BRASIL, 2010, p. 21).

Para o aluno portador da deficiência, desta forma, é muito importante frequentar a escola. É nesse ambiente diversificado que a criança (qualquer criança) aprenderá a conviver, a viver frustrações e a conhecer suas possibilidades, assim, percebe-se que a escola se torna inclusiva quando existe um projeto pedagógico elaborado coletivamente. Até porque,

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena inclusão dos alunos considerados com necessidades específicas (BRASIL, 2010, p. 21).

Conforme o exposto, o principal aspecto do trabalho escolar demanda das atitudes, posturas e formas de lidar com a diversidade e a diferença significativa de cada aluno. E essa não deve ser responsabilidade só do professor, mas do coletivo escolar, o grupo “precisa” estar ciente das necessidades dessa criança e das demandas que essas necessidades dimensionam: lanche, água, material escolar, entre outros, desde que a criança entra na escola até o momento em que a aula terminar, desde seu primeiro dia na escola, até o último.

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos físicos, emocionais, cognitivos psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorece as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (BRASIL, 2010, p. 22)

“A cada passo que a criança dá, a cada palavra balbuciada, a cada roda de brincadeira que ela participa, vai ganhando confiança e se relacionando melhor com

os colegas” (BRASIL, 2010), que, é avaliada constantemente pela professora que realiza intervenções quando necessário.

Considerar crianças portadoras de deficiência intelectual elegíveis para a escola é considerar que são capazes de aprender, desenvolverem-se, relacionarem-se com os demais, enfim, viver o dia a dia da escola. O desafio está para além de mantê-las nas salas de aula: ele reside em mantê-las com qualidade de trabalho realizado. (SUPLINO, 2005, p.16).

É importante frisar que dentre as intervenções que são necessárias ao processo de ensino, por parte do professor ao aluno que possui necessidades especiais, essas objetivam otimizar o processo de desenvolvimento educacional e organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, construindo uma oferta realizada mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos em educação especial (BRASIL, 2010, P. 23).

De acordo Barcelli (2017), é necessário, em primeiro lugar “... conhecer para identificar as principais características dos alunos com deficiência intelectual”. Para a autora, são quatro as áreas em que as crianças com deficiência intelectual podem se enquadrar considerando habilidades e dificuldades individuais. São elas:

Área motora: algumas crianças com deficiência intelectual podem apresentar alterações na motricidade fina, atingindo graus mais severos na coordenação e manipulação, obtendo dificuldades para andar;
Área cognitiva, alguma parcela dos estudantes com deficiência intelectual podem:
a) apresentar dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos;
b) aprender de tudo só que de maneira mais lenta;
c) apresentar dificuldades para focar atenção;
d) demorar a memorizar;
Área da comunicação: alguns alunos podem apresentar dificuldade de comunicação;
Área sócio educacional: em alguns casos pode ocorrer disparidade entre a idade mental e a idade cronológica. No entanto, indica-se que esses alunos tenham contato com pessoas da mesma idade cronológica para contribuir com o seu desenvolvimento. (BARCELLI, 2018).

De acordo com a autora, o importante é atentar para o fato de que as pessoas com deficiência intelectual possuem limitações e dependem das oportunidades que lhe são oferecidas e que sejam supridas as necessidades individuais, apesar de estar no coletivo. Desta forma, a criança com deficiência intelectual tem, como qualquer outra, limitações e competências.

Assim, “... o estímulo por parte de familiares, amigos e professores podem determinar o grau de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e, deste

modo, as formas de enfrentamento das dificuldades” (BARCELLI, 2018). Para a autora, é na escola que se criam mecanismos de estímulo cognitivo, social e motor, proporcionando para qualquer criança maior possibilidade de desenvolvimento global. “Portanto, a inclusão da criança com deficiência intelectual na escola regular permite amplificar seu universo de aprendizagem e, com isso, criar possibilidades de inserção social, seja em nível afetivo ou mercadológico”.

“Cabe aos sistemas de ensino a educação especial na perspectiva da educação inclusiva” (BRASIL, 2010, p. 24). Assim, o sistema de ensino deve cumprir esse papel que é inerente à escola, organizar a inclusão das crianças com necessidades especiais na perspectiva de educação inclusiva, disponibilizar as funções de profissionais que auxiliem a criança, desde higiene, alimentação, locomoção, interpretes, monitores e cuidadores, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2010, p. 24). Barcelli (2018) fortalece essa afirmação e coloca que: “Como a Escola é o espaço de concretização do Plano Escolar é necessário organizar as ações visando a qualidade de formação dos alunos em todos os níveis.”

O aumento exponencial das matrículas de pessoas com deficiência tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Superior demonstram de maneira inquestionável os avanços promovidos pela inclusão, sobretudo no que tange ao aumento da autonomia e independência desses estudantes na vida adulta. Levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) demonstra como, em uma década (2003-2013) de investimento em práticas inclusivas, as matrículas de jovens com deficiência no Ensino Médio aumentaram quase 88%. Já no Ensino Superior, o aumento ficou pouco acima dos 83%. Nos últimos anos, esse aumento se manteve: em 2020, o número de matrículas de estudantes com deficiência chegou a 1,3 milhão, um aumento de 34,7% em relação a 2016. Além disso, entre os estudantes de 4 a 17 anos, observa-se que o percentual de matrículas em turmas e escolas inclusivas continuou aumentando gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020. (INSTITUTO UNIBANCO, 2020).

Com relação ao profissional que atua com crianças especiais, é notável que enfrentem muitos desafios em relação ao universo da criança com deficiência. Dessa forma, para atuar com essas crianças, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada conhecimentos gerais e específicos na área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento a criança com espectro autista e aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas de aula. Para atingir o objetivo proposto com as crianças, Barcelli (2018), comenta que se faz necessário primeiramente estruturar esses objetivos, os quais são:

- a) elencar as principais características dos alunos com deficiência intelectual;
- b) identificar quais os fatores possibilitadores de inclusão;
- c) indicar algumas estratégias de ensino para melhorar o processo de ensino e aprendizagem destes indivíduos.

Esses objetivos são importantes, pois, de acordo com Suplino, (2005, p. 16), o papel principal dentro da sala de aula com o aluno, ao contrário do que se pensa, é do professor. Ao professor cabe vivenciar e adaptar suas práticas em uma sala de aula com essa especificidade.

O professor necessita elaborar atividades e projetos que estejam relacionados com a vida cotidiana dos estudantes, focando em suas habilidades e potencialidades. As atividades propostas necessitam ser detalhadas e explanadas repetidamente e de forma tranquila para maior compreensão e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. (BARCELLI, 2018)

Considerar crianças portadoras necessidades especiais elegíveis para a escola é considerar que são capazes de aprender, desenvolverem-se, relacionarem-se com os demais, enfim, viver o dia-a-dia da escola. O principal desafio é manter essa criança em sala de aula e manter a qualidade do trabalho realizado com ela. Entretanto, Barcelli (2017) coloca que:

O perigo está em inserir ao invés de incluir a pessoa com deficiência intelectual nas escolas públicas regulares. Não basta disponibilizar vagas nas escolas, pois isso seria apenas uma tentativa de interação, tão pouco, portanto, pode-se convencer de que, se a escola regular não tem como receber esses alunos é melhor deixá-los em instituições especializadas, fortificando um discurso de segregação, mas torna-se essencial que a criança com deficiência intelectual seja conhecida, ou seja, é imprescindível identificar suas dificuldades e suas potencialidades de aprendizagem para, assim, elaborar um planejamento pedagógico que auxilie em seu desenvolvimento escolar. E isso vale para todas as crianças, tendo algum tipo de deficiência ou não. É um processo que fortalece a democratização do espaço escolar. (BARCELLI, 2018).

O educador deve sempre está atento aos sinais que a criança apresenta para tornar suas práticas significativas, aumentando assim a qualidade de aprendizagem da criança e a rotina é essencial para iniciar esse processo. Outro fator importante é contar com o papel da família.

“O desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem é favorecido pelo papel da família dos alunos” (ROPOLI, 2010, p. 24). Para elaborar e realizar os

planos pretendidos com os alunos o professor necessita dessa parceria em todos os momentos. A autora coloca que “reuniões, visitas e entrevistas fazem parte das etapas pelas quais os professores de Educação especial estabelecem contato com as famílias de seus alunos, colhendo informações, repassando outras e estabelecendo laços de cooperação”. (ROPOLI, 2010, p. 24).

O diálogo é ferramenta essencial para o melhor desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual. Compreender situações de sucesso na aprendizagem destas pessoas em outras instituições de ensino e buscar auxílio são uns dos caminhos a percorrer para realmente possibilitar a inclusão no sistema regular de ensino. (BARCELLI, 2018).

Quanto ao papel do professor ainda, de acordo com Ropoli (2010, p. 29), ele requer uma mudança de atitude do docente. Uma dessas mudanças refere-se à flexibilidade diante das questões que surgirão e dos conhecimentos que se construirão durante o desenvolvimento dos trabalhos com os alunos, até porque, esse cotidiano escolar possui rotinas que, permite ao professor aprender e explicar certas relações e de que forma elas são estabelecidas.

Devido a diversidade presente nas escolas, o professor tem que realizar vários planejamentos de aula com estratégias potencializadoras da aprendizagem. Afinal, nem todos os estudantes seguem os mesmos caminhos para a construção do conhecimento. Com as crianças com deficiência intelectual não é diferente. Afinal, como já visto, cada criança apresenta limitações e potencialidades específicas (devido as experiências pessoais vividas), tendo, assim, cada uma, um ritmo de aprendizagem diferenciado. (BARCELLI, 2018).

Para o aluno, a rotina é muito importante, entrada e saída dos alunos, do deslocamento dos diversos espaços, os diversos espaços, as rotinas em sala de aula, o recreio, a organização da turma para o lanche, a ida até o refeitório, as aulas em espaços diferenciados na escola e muitos outros são exemplos da rotina que se repetem e que favorecem a apropriação da experiência escolar para a criança com autismo (BELISÁRIO, 2010, p.23).

O problema principal é o de que normalmente isso é deixado de lado. Para Suplino,

Atualmente, existem alunos portadores de deficiência intelectual frequentando, em sua maioria, escolas especiais ou classes especiais de condutas típicas, dentro das escolas regulares. Há umas poucas iniciativas de inclusão desses alunos em classes regulares. Neste último caso, a inclusão tem sido efetivada sob quatro condições: a) o aluno frequenta a classe regular todos os dias, durante o tempo total da aula; b) o aluno frequenta a classe regular todos os dias, em horário parcial; b) o aluno frequenta a classe regular algumas vezes na semana, durante o tempo total da aula; d) o aluno frequenta a classe regular algumas vezes na semana, em horário parcial. Praticamente na totalidade dos casos, tais alunos fazem uso de recursos especializados de apoio como escolas de educação especial, fonoaudiologia, dietas especiais, terapia ocupacional, entre outros (SUPLINO, 2005, p. 05).

Assim, a organização e a rotina do ambiente são indispensáveis ao processo de desenvolvimento e aprendizagem do autista, pois esses procedimentos irão estruturar suas funções emocionais e cognitivas dando abertura para inserir outros procedimentos e intervenções. Algumas intervenções segundo Barcelli (2018) podem ser:

- O jogo: uma maneira lúdica de adquirir novos conhecimentos;
- O computador auxiliará o aluno com deficiência intelectual ao propiciar o uso de editores de texto e imagem, da Internet como meio de pesquisa e interação pelas redes sociais, o acesso à informação e comunicação, bem como poderá obter softwares específicos que estimulem a capacidade de criação, descoberta e construção colaborativa do conhecimento;
- Trabalho que com uma referência visual marcante (cartazes, murais etc.), com fotos e letras grandes e coloridas, favorecem a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, pois possibilita a visualização imediata, lúdica e chamativa do conhecimento estudado e aprendido, facilitando a compreensão do conteúdo e a memorização;
- Trabalhos em grupos, propor trabalhos que proporcionem situações problemas cotidianos que valorizem os aspectos comunicativos e de cuidados pessoais são essenciais para fortalecer a autonomia da criança com deficiência intelectual;
- Auto-imagem: fotografias, músicas, personagens, instrumentos, brinquedos etc;
- Cognitivo: pela identificação de objetos preferidos e pessoas próximas por meio de imagens, por exemplo; a concentração por meio de histórias infantis, fantoches, brinquedos sonoros etc.; aplicar atividades com objetos de tamanhos, formas, cores diferentes para desenvolver noções de tamanho e permanência;
- Motricidade fina e ampla, entre outras.

Essas estratégias, de acordo com autora, "... estão longe de ser um livro de receitas", entretanto podem ser alternativas de ensino que deverão ser aprimoradas e aperfeiçoadas pelos professores, considerando as especificidades e potencialidades de cada criança. Desta forma, a inclusão do aluno pode ser uma realidade nas escolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações obtidas através desta pesquisa, percebeu-se que as crianças autistas têm condições de frequentar e serem inseridas no âmbito escolar. No entanto, é necessário que exista um processo ativo, integrado e interdisciplinar que desenvolva estímulos, tornando o aluno motivado a estar na escola. É preciso realizar um trabalho contextualizado e que prime pelo conhecimento do que realmente é importante para o aluno se sentir incluso no trabalho escolar e na Educação Infantil.

Diante destas constatações consegue-se observar a importância de utilizar ferramentas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento em torno das práticas inclusivas e o mais importante socializar essas práticas com os outros professores e fazer delas objetos de pesquisa.

Desta forma, a prática inclusiva dos alunos autistas estará voltada para uma sociabilização que tenha significado para os alunos, que seja útil e comprometida no meio social, que faça parte da sua realidade, onde o professor ao cumprir com êxito a tarefa de educar, procurará dominar métodos e técnicas de ensino adequadas, que possibilitem aos alunos o acesso a aprendizagem dos conhecimentos científicos e o desenvolvimento de atitudes e habilidades necessárias para a participação efetiva das atividades do âmbito escolar.

Isso será possível quando a formação continuada do professor se constituir em um processo de reflexão e ação acerca das questões vivenciadas em sala de aula, até porque, as mudanças não ocorrem por adotar apenas práticas diferentes de ensinar, elas ocorrem através do que acontece no decorrer das práticas inclusivas realizadas e ainda, quando os pais participam do processo.

Assim, o trabalho de inclusão das crianças com deficiências intelectuais deve estar voltado para a contextualização dos conhecimentos procurando desmistificar a forma como é encarada uma criança especial no dia a dia da escola, muitas vezes vistos como estranhos, sem possibilidades de adquirir o conhecimento ou muito distante da realidade vivida pelo aluno ou tedioso, enfadonho e ainda, as vezes de forma equivocada.

Portanto, ficou claro no decorrer da pesquisa que passando o professor a compreender que os alunos são diferentes, e, aprendem de acordo com as suas

capacidades, fará com que rompam os conceitos de desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos. Assim, os alunos com deficiência intelectual e tantos outros portadores de necessidades especiais terão um professor preocupado com a formação de todos, que não se preocupa em ensinar, planejar e trabalhar apenas com uma parcela de alunos, que trabalha com todos, sem distinção.

REFERÊNCIAS

BARCELLI, Juliana C. **Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual**. FCF – Faculdade campo Elisios, 2018.

BELIZÁRIO FILHO, José Ferreira. MEC- Coleção: **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Volume 9. Fortaleza: UFC, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição (da) República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 de jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

Educação inclusiva: um direito inegociável. Instituto Unibanco, 2020. Disponível em <observatoriodeeducacao@institutounibanco.org.br> Acesso em 10 de out. de 2021.

NOGUEIRA, Geraldo. **Seremos todos autistas?** O Dia. 2018. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/opiniaio/2018/04/5533284-geraldonogueira-seremos-todos-autistas.html#foto=1>> Acesso em 04 de set. de 2019.

RODRIGUES, Katiane do Espírito Santo. SANTOS, Michelle Flávia Rodrigues do. **Crianças autistas**: procedimentos metodológicos a favor da inclusão escolar. Faculdade São Luís de França – 2016. Disponível em <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_05.pdf>. Acesso em 04 de jun. de 2018

SUPLINO, Maryse. **Inclusão escolar de alunos com autismo**. 2005. Disponível em <<http://files.inclusaoescolar.webnode.com.br/200000010-8d32a8e2d2/inclusao-de-alunos-com-autismo.pdf>> Acesso em 14 de set 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.